

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos Gabinetes Parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, há 3 anos ocorreu em Minas Gerais o maior desastre ambiental da história do Brasil. Infelizmente, de lá pra cá, a situação do Rio Doce ainda é incerta. Desde o rompimento da barragem da Samarco, no Distrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana, a lama de rejeitos de minério vem deixando rastros de destruição por onde passou. Arrasou vilas, matou pessoas, comprometeu o abastecimento de água de várias cidades às margens do rio e prejudicou a sobrevivência de etnias indígenas e famílias ribeirinhas, além de toda a economia local. Pescadores ainda aguardam indenizações e não conseguem mais tirar o sustento do rio.

Apesar de pesquisas estarem sendo feitas para avaliar os impactos da lama, a apuração do acidente ainda está sem conclusão. Tanto o processo criminal sobre o rompimento quanto a investigação sobre eventuais responsabilidades de técnicos do Estado na revalidação da licença de operação do complexo de barragens da empresa não foram concluídas. A Samarco/VALE alega que sempre cumpriu toda a legislação relativa ao licenciamento ambiental e à operação de barragens, mas indícios mostram o contrário.

Foi firmado um acordo entre Governos, Promotoria e mineradoras, e, além disso, a cúpula da Samarco e membros da Vale e BHP respondem a ação penal por homicídio e crime ambiental.

Enquanto a Justiça se arrasta, o nível de contaminação no rio ainda preocupa. Cerca de 500 pesquisadores de universidades brasileiras coletaram agora em outubro amostras de animais, água e lama para análise, em uma tarefa chamada Rio Doce Mar. É a maior pesquisa já realizada para medir as consequências desse crime. O objetivo da pesquisa é medir os níveis de metais dos peixes e outros animais que vivem no Rio Doce. Apesar de resultados mais recentes mostrarem que reduziu a contaminação, a diminuição ainda não é suficiente para a liberação da pesca. Níveis elevados de cádmio,

um metal que pode prejudicar a saúde humana, ainda estão presentes.

Enfim, a destruição causada por essa grande tragédia ainda tem marcas vivas por todo o Estado e justiça ainda não foi feita. Os danos precisam ser reparados com agilidade tanto para pescadores e famílias ribeirinhas quanto para o meio ambiente. E vamos continuar cobrando esses desdobramentos, inclusive da Comissão Externa constituída nesta Casa, para que tenham o devido acompanhamento.

Paralelamente a isso, precisamos aumentar o rigor no cumprimento da lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, que entrou em vigor em 2010, a partir de um projeto de lei de minha autoria, de 2003. Foi uma grande batalha para garantirmos diretrizes para verificação da segurança de barragens de cursos de água para quaisquer fins e para aterros de contenção de resíduos líquidos industriais. Agora precisamos fazer cumprir a lei e evitar tentativas — como as que já ocorreram aqui em Comissões desta Casa — de flexibilizar ou simplificar as normas de segurança já existentes.

Justiça para o Rio Doce, Sr. Presidente! Que o meio ambiente não venha a sofrer ainda mais com uma política de Estado que coloque como prioridade o mercado, e não a vida!

Obrigado.